

EDITORIAL

A Direcção da SCUCP, em início de mandato, saúda os associados e regista a sua confiança expressa no acto eleitoral de Outubro passado. Presta homenagem aos titulares cessantes dos Órgãos Sociais pelo contributo que generosamente deram, no período do seu mandato, à concretização dos valores e princípios do nosso património espiritual e cultural comum. Entende destacar, entre todos, os membros da Direcção e, em particular, o seu Presidente Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, e cumpre assim, com um sentimento misto de perda e de admiração, o dever de reconhecer publicamente a qualidade, o acerto e a excelência do trabalho que desenvolveram na orientação da Sociedade Científica. Pelo muito que fizeram, Deus os recompense a cem por um!

Durante praticamente seis anos, o Prof. Doutor José Jacinto Farias dirigiu o boletim da Sociedade Científica, *Lumen Veritatis*. Considerando agora cumprida a sua missão, quis passar o testemunho. A obra cuidada, simples e solícita, que aqui gostosamente realizou, é penhor da superior qualidade das outras colaborações que continuará a prestar, assim o esperamos, à Sociedade Científica.

Tomando em conta os excepcionais méritos de competência e criatividade revelados pela Prof.^a Doutora Maria Lúcia Garcia Marques, ao longo de um trajecto universitário rico e multifacetado, a Direcção convidou-a para Directora de *Lumen Veritatis*. Deu-nos a grande honra de aceitar o desafio e de iniciar funções com a preparação do presente número. É sua ideia, que a Direcção aplaude, alargar de futuro o “espaço” do Boletim através da utilização pelos associados do “sítio” da Sociedade Científica na *Internet*, mediante a colocação *on line* de pequenos artigos, notícias, referências bibliográficas ou simples sugestões, que previsivelmente enriqueçam a acção da Sociedade. A Direcção muito espera, desejando à nova Directora as maiores felicidades.

A Direcção reafirma, por fim, o seu firme propósito de perseverar na fidelidade aos valores, objectivos e energias que integram a missão e a razão de ser da Universidade Católica Portuguesa, adoptando como linha de rumo a busca permanente dos valores cristãos na complexidade das relações sociais e dos problemas característicos do nosso tempo e a promoção, aqui e agora, da cultura como instrumento da realização integral do homem.

António Moreira Barbosa de Melo

CELEBRANDO DOIS CENTENÁRIOS: A CHEGADA DA CORTE AO BRASIL EM 1808 E A LEI ÁUREA EM 1888

*Escravos e escravatura no Brasil
no tempo de D. João VI*

Adérito Tavares*

Em Novembro de 1807, quando Portugal foi invadido pelas tropas napoleónicas, toda a família real partiu para o Brasil. Para uns, tratou-se de uma fuga, apressada e atabalhoada: o rei teria abandonado o País à sua sorte, entregando os súbditos à violência e à rapina dos franceses. Para outros, porém, ter-se-ia tratado antes de uma retirada estratégica, que acabaria por frustrar as intenções de Bonaparte – aprisionar o príncipe regente D. João e substituí-lo, como fizera noutras cortes europeias e faria poucos meses depois em Espanha.

No entanto, a decisão não foi tomada de improviso. Aliás, já no decurso de conflitos anteriores a hipótese havia sido colocada: o próprio marquês de Pombal, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-63), chegou a propôr ao rei D. José a transferência da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, entretanto promovida a capital do Brasil. Alguns anos depois, a participação de Portugal na infeliz Campanha do Rossilhão (1792-95) colocou de novo a questão da sobrevivência da corte portuguesa na Europa. E, desde que Napoleão Bonaparte chegou ao poder, em 1799, Portugal viu-se permanentemente ameaçado de invasão, face às suas estreitas relações com a Inglaterra e à recusa de cumprimento do Bloqueio Continental. Por isso, o plano de retirada para o Brasil não deixou nunca de ser equacionado, sobretudo por parte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de

* Docente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.



Representação alegórica da retirada da corte para o Brasil.

Linhares, um dos ministros mais influentes de D. João. Alguns conselheiros do príncipe regente defenderam, em alternativa, a ilha da Madeira, mas os ingleses insistiram sempre na ida da Corte para o Brasil¹.

Em 29 de Novembro de 1807, cinquenta e cinco navios, escoltados por vários vasos de guerra ingleses, partiram do Tejo. Quando as tropas de Junot entraram em Lisboa ainda avistaram as últimas velas ao largo de Cascais. A bordo iam cerca de 15 000 pessoas – a família real, a maior parte da nobreza com os seus servidores, membros de todos os órgãos do Estado e da Administração, etc. Os porões abarrotavam de tudo quanto fora possível carregar. Claro que a sobrecarga humana e de bagagens, somada à distância e ao mau tempo, acabariam por tornar a viagem muito penosa. Quase dois meses depois, em 22 de Janeiro de 1808, D. João chega a São Salvador da Baía, onde insistiu em desembarcar e onde tomaria uma das suas mais importantes decisões: a publicação da *Carta Régia de Abertura dos Portos do Brasil* ao comércio internacional. Cerca de duas semanas mais

tarde, em 7 de Março de 1808, finalmente, a frota entra na baía da Guanabara. A Corte portuguesa instala-se no Rio de Janeiro para, a partir daí, governar Portugal e todo o Império.

O príncipe D. João e os seus ministros procuraram lançar rapidamente as bases políticas e administrativas de um verdadeiro Estado: foram criados o Banco do Brasil, o Erário e os Tribunais Régios, a Guarda Real de Polícia, a Biblioteca Pública, o Teatro de São João, duas escolas Médico-Cirúrgicas (no Rio e na Baía), etc. Sem esquecer a abertura de estradas, fábricas, hospitais e outras estruturas. Razão têm aqueles que hoje celebram, no Brasil, a chegada da Corte como o verdadeiro e primordial impulso para a independência do território. Aliás, em 1815, D. João tomaria outra importante decisão (uma das últimas como príncipe regente) – a transformação do Brasil em *Reino Unido* ao de Portugal. No ano seguinte morreu D. Maria I, com a prolecta idade de 82 anos, e o príncipe regente foi finalmente aclamado e coroado como rei D. João VI².

Como era o Brasil quando a Corte portuguesa aí chegou? Esse imenso território era escassamente povoado – pouco mais de três milhões de habitantes, dos quais um milhão eram escravos negros e cerca de 800 000 eram indígenas. O Rio de Janeiro tinha à volta de 60 000 habitantes, um quarto dos quais escravos³. No Brasil dos começos do século XIX, existia uma das mais enraizadas sociedades escravagistas, que permaneceria imune, por muitas décadas ainda, a quaisquer pressões abolicionistas, internas ou externas. Celebram-se exactamente agora 120 anos da publicação da *Lei Áurea*, que aboliu a escravatura no Brasil. Assinado, em 1888, por D. Isabel Leopoldina de Bragança, princesa regente do Império brasileiro, este diploma pôs termo a um ciclo que se iniciou quase quatrocentos anos antes e fez do Brasil o último país do Ocidente a abolir a escravatura.

Logo que os Portugueses se instalaram na Terra de Vera Cruz iniciaram a escravização do índio, tal como os Espanhóis tinham feito um pouco mais a norte. Os colonos organizavam “entradas” no sertão para a captura de escravos. Mas os índios *tupis* não se deixavam escravizar facilmente: rebeldes e livres por natureza, preferiam, muitas vezes, suicidar-se. Faziam o possível e o impossível para fugir e regressavam depois às plantações de açúcar para atacar, em massa, os colonos, chacinando tudo quanto vivia e incendiando casas, colheitas e engenhos⁴. O clima

¹ Veja-se, a propósito dos planos para a retirada da Corte para o Brasil, Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 143-159.

² Acerca da viagem para o Brasil e da instalação da Corte no Rio de Janeiro, leia-se Laurentino Gomes, *1808*, Lisboa, Livros d’Hoje (D. Quixote), 2008, particularmente os capítulos 1 a 12. Sobre a governação do príncipe regente/rei D. João no Brasil, consulte-se J. Pedreira e F. Dores Costa, *ob. cit.*, pp. 171-265.

³ Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Graphia, 2002, p. 158.

⁴ Sobre a escravização dos aborígenes e a entrada maciça de africanos no Brasil ver Joaquim Romero de Magalhães, “A construção do espaço brasileiro” in *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 2, pp. 32-35. Consulte-se também, particularmente sobre as revoltas dos escravos índios, Stuart Schwartz, “A Babilónia colonial: a economia açucareira”, *idem*, pp. 224-231.

de violência era tal que o governo de Lisboa se viu obrigado a intervir a favor do índio, contra os excessos dos colonos. Esta seria, aliás, uma questão que se arrastaria por dois séculos, sobretudo a partir do momento em que os Jesuítas tomaram a defesa das populações indígenas⁵.

A solução para as prementes necessidades de mão-de-obra dos senhores de engenho (os produtores de açúcar) encontrava-se, portanto, do lado de lá do Atlântico, em África. O negro revelava-se um escravo bastante mais dócil que o índio e, por outro lado, mesmo que tentasse fugir, como regressaria à sua África tão distante? A partir de 1570, quando a procura europeia de açúcar aumentou e o número de plantações e de engenhos cresceu no Nordeste brasileiro, iniciou-se o grande tráfico de escravos entre a costa ocidental africana e o Brasil⁶.

A primeira forma de obtenção de escravos em África foi o rapto puro e simples, a que os Portugueses chamavam “filhamento” ou “preação”. O rapto, no entanto, não conseguia satisfazer a procura crescente de escravos e o processo de captura directa foi progressivamente abandonado em favor da negociação com intermediários locais (“trato” e “resgate”). Em primeiro lugar com o chefe indígena, o soba, que vendia os seus prisioneiros de guerra. Daí que os traficantes negreiros tivessem todo o interesse em atizar os conflitos locais. Um motivo frequente de guerras civis relacionava-se com a sucessão disputada entre filhos do mesmo rei e de mulheres diferentes. Quando não eram mortos, os vencidos e os seus seguidores eram vendidos como escravos. Também não era rara a escravização pelo não pagamento de dívidas⁷. De qualquer modo, estas formas de escravização revelam uma proveniência social do escravo africano diferente daquela que durante muito tempo se julgou. Muitos dos cativos pertenciam às classes superiores das sociedades africanas e isso explica a natureza das transferências culturais, particularmente nos domínios da religião e da música. No Brasil, estes “emigrantes” forçados, de língua e etnia predominantemente bantas, acabariam por exercer uma profunda e duradoura influência cultural, ainda hoje bem visível.

Na sua maior parte, os navios não se limitavam ao tráfico negreiro: faziam geralmente o percurso “triangular” completo: levavam têxteis, aguardente, metais e sal para a costa africana, carregavam aí os escravos que depois desembarcavam no Brasil e traziam

para Portugal tabaco, açúcar e madeiras. Bastavam algumas destas viagens bem sucedidas para que os traficantes enriquecessem.

Os pequenos bergantins levavam apenas 200 escravos, mas alguns grandes navios portugueses chegavam a transportar 700. O missionário italiano Carli conta que, no navio em que ele próprio viajou de Angola para o Brasil, iam 680 escravos, entre homens, mulheres e crianças. “*Os homens*”, escreve ele, “*estavam empilhados no fundo do porão, acorrentados, por medo de que se revoltassem e matassem todos os brancos a bordo. Para as mulheres estava reservada a segunda entreponte. As que estavam grávidas eram concentradas na cabine de trás. As crianças eram amontoadas na primeira entrecoberta, como arenques num barril. Havia latrinas, mas como todos tinham medo de perder os seus lugares, faziam aí as suas necessidades, principalmente os homens*”⁸, o que provocava um cheiro nauseabundo e tinha devastadoras consequências na saúde dos cativos. Por vezes declaravam-se epidemias a bordo, o que provocava o pânico entre os negreiros. Estes chegavam, no limite, a deitar borda fora toda a carga para evitar o contágio da tripulação e, pior ainda, a contaminação dos outros escravos, “armazenados” nos portos de desembarque⁹.

A duração da viagem era de 35 dias de Angola a Pernambuco, 40 dias se o destino fosse a Baía e 50 o Rio de Janeiro. Isto no melhor dos casos, porque se o navio apanhasse as calmarias equatoriais, o percurso poderia demorar bastante mais. Muitos dos cativos não resistiam à viagem, morrendo asfixiados, exaustos ou de doença. Frei Tomé do Mercado cita o caso de uma nau com 500 escravos em que, numa única noite, morreram 120. Em 1625, o governador de Angola João Correia de Sousa enviou para o Brasil cinco navios carregados com 1211 escravos, dos quais 583 morreram no caminho¹⁰.



Família portuguesa e seus escravos, c. 1820, desenho de J. B. Debret. (Cf. Nota 16)

⁵ Relativamente ao papel das missões (sobretudo jesuítas) na defesa do Índio e, muito especialmente, sobre a acção do Pe. António Vieira, veja-se Caio Boschi, “As missões no Brasil” in *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 2, pp. 392-393.

⁶ Leia-se Stuart Schwartz, “Os escravos: remédio para todas as outras cousas” in *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 2, pp. 232-247.

⁷ Sobre o tráfego atlântico de escravos para o Brasil continua a ser indispensável a leitura de Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, vol. I, cap. II, Lisboa, Estampa, 1989. Uma obra mais recente, que, obviamente, beneficia da imensa investigação ultimamente feita sobre o assunto, é a de John Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

⁸ Referido por Frédéric Mauro, *ob. cit.*, pp. 229-230.

⁹ Se o transporte era um inferno, a vida em terra não era melhor. Leia-se, a propósito da condição dos escravos nas plantações açucareiras, uma das mais realistas fontes testemunhais: André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, Belo Horizonte, Edusp, 1982 (ed. original, 1710).

¹⁰ Referido por Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 230.

Depois de desembarcados, os escravos repousavam, eram bem alimentados e limpos, para perderem o ar fatigado da viagem e serem preparados para o leilão. O escravo mais caro, designado por “peça”, ou “peça das Índias”, era o negro saudável e robusto, de 15 a 25 anos, que era transaccionado, nos mercados de escravos do Brasil, segundo uma lista de preços de 1657, por 22 000 reais. O negro de 25 a 35 anos valia 18 000 reais, enquanto que os moleques (negros de 8 a 14 anos) podiam variar entre os 12 e os 16 000 reais¹¹. Como é óbvio, estes preços estavam sujeitos a frequentes flutuações, em função da oferta e da procura. Em 1810, por exemplo, um negro na força da vida já custava cerca de 200 000 reais (ou réis)¹².

A maior parte dos brasileiros de condição livre (incluindo até negros forros) possuíam escravos: “Em 1780, um observador escreveu que, no Brasil, o facto de não se possuir um escravo era um sinal de extrema pobreza. [...] Mesmo os relativamente pobres possuíam pelo menos 1 ou 2 escravos. Em 1798, um estudo de mais de 250 testamentos revelou que mais de 80% dos falecidos possuíam escravos.”¹³

Quando a Corte portuguesa chegou ao Brasil, os navios negreiros descarregavam anualmente no mercado de escravos do Rio de Janeiro cerca de 10 000 cativos africanos. O desenvolvimento induzido pela presença do governo do Império na cidade fez aumentar exponencialmente as necessidades de mão-de-obra e, por outro lado, fez enriquecer muita gente. Em 1811, a média anual de escravos descarregados no Rio já duplicara¹⁴.

Muitos dos negros cativos eram utilizados pelos seus donos como “escravos de ganho”: eram aguadeiros, caiadores, moços de fretes, transportavam lixo, despejavam dejectos no mar, as escravas faziam e vendiam comida nas ruas, etc. Aquilo que ganhavam revertia quase na totalidade para os donos mas os escravos podiam ficar com uma pequena percentagem¹⁵.

A condição de vida dos negros cativos revela-se em toda a sua cruel desumanidade quando lemos relatos sobre os castigos que lhes eram infligidos, devido a tentativas de fuga, desobediência, agressões, roubo ou outros “crimes”. O pintor francês Jean-Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, para além de preciosos desenhos e pinturas sobre a vida quotidiana dos escravos no Brasil, deixou-nos também alguns relatos impressionantes. Depois de descrever a forma como o carrasco aplica 100 ou 200 chibatadas, com o negro amarrado ao pelourinho, conclui: “De volta à prisão, a vítima é submetida a uma segunda prova, não menos dolorosa: a lavagem das feridas

com vinagre e pimenta, operação sanitária destinada a evitar a infecção dos ferimentos.”¹⁶

Poderia pensar-se que a transferência da Corte para o Brasil deveria ter aberto as portas a um processo abolicionista mais expedito. A realidade, porém, é inversa. As primeiras décadas do século XIX correspondem ao apogeu da escravatura no território brasileiro. Com a libertação dos escravos no Haiti, primeiro, e com o fim do tráfico para as Caraíbas britânicas e para os Estados Unidos da América, depois, o Brasil permaneceria, quase até ao final de Oitocentos, o único grande território americano dependente da mão-de-obra africana: entre 1800 e 1888 (data da abolição), o Brasil importou 1 350 000 escravos¹⁷.

No Congresso de Viena, em 1815, uma das questões essenciais aí tratadas foi a da abolição do tráfico de escravos. Todavia, apesar das pressões efectuadas em Viena sobre a diplomacia portuguesa, sobretudo por parte da Grã-Bretanha – que passou a apresiar todos os navios negreiros detectados pelas suas armadas no Atlântico – o tráfico e o trabalho escravo continuariam a alimentar a economia da grande colónia até à independência e muito depois dela¹⁸.

Nos últimos anos de permanência de D. João VI no Brasil, o seu principal ministro, conselheiro e homem de confiança é Tomás António de Vilanova Portugal. Quando D. João é convidado a regressar ao Reino pelos triunfadores da Revolução Liberal de 1820, Vilanova Portugal opôs-se, insistindo que o rei deveria permanecer no Brasil e, desta vez sim, abandonar o Portugal europeu à sua sorte. O Brasil era o futuro, Portugal o passado. Não prevaleceu esta opinião e a Corte regressa, chegando a Lisboa em 4 de Julho de 1821.

D. João VI partira como príncipe absoluto e chegava como rei constitucional. O fim do Antigo Regime e a implantação do constitucionalismo liberal, porém, seria um processo muito difícil. Logo no ano seguinte, em 1822, D. Pedro e as elites brasileiras soltam o “grito do Ipiranga” e o Brasil torna-se independente. Quatro anos depois, em 1826, o próprio D. João VI morre em condições ainda hoje mal esclarecidas e o País mergulha numa crise que só acalmará com a vitória liberal na guerra civil de 1832-34.

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 231-232.

¹² Laurentino Gomes, *ob. cit.*, pp. 204-207.

¹³ Stuart Schwartz, “Escravidão e comércio de escravos no Brasil do século XVIII in *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 3, p. 118.

¹⁴ Ver Laurentino Gomes, *ob. cit.*, p. 202.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 209.

¹⁶ Jean-Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, Paris, Firmin Didot frères, 1834. Referido por Laurentino Gomes, *ob. cit.*, p. 211.

¹⁷ Stuart Schwartz, “Escravidão e comércio de escravos no Brasil do século XVIII” in *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 3, pp. 118-120. Veja-se também James A. Rawley, *The Transatlantic Slave Trade: A History*, Revised edition, Lincoln, University of Nebraska Press, 2005.

¹⁸ Ver J. Pedreira e F. Dores Costa, *ob. cit.*, pp.229-232.

Sugestões Bibliográficas

- Francisco Bethencourt e Kirri Chaudhuri (dir. de), *História da Expansão Portuguesa*, vols. 1 a 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Lisboa, Estampa, 1989.
- João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, Col. "Reis de Portugal", 2006.
- Joseph C. Miller, *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*, Madison, Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1988.
- Luiz Felipe Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- John Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- Laurentino Gomes, *1808*, Lisboa, Livros d'Hoje (D. Quixote), 2008.
- Linda M. Heywood e John Thornton, *Central africans, atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660*, Cambridge, University Press, 2007.
- Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 3.^a edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

Nota Final

– Em 23 de Fevereiro de 1869 foi decretada a extinção da escravatura em Portugal e todos os seus domínios.

– Em 13 de Maio de 1888, a Princesa Regente do Brasil, D. Isabel Leopoldina de Bragança, filha do Imperador D. Pedro II, sanciona a LEI ÁUREA que decreta a abolição geral da escravatura no reino do Brasil.

RETRATO DE UM PROFESSOR

Sebastião da Gama revelado na revista *Colóquio/Letras*

A revista *Colóquio/Letras*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, prepara para breve a edição das cartas de Sebastião da Gama para os amigos.

Em pré-publicação, apresenta-se um belo documento da vida e obra do poeta. Na altura em que escreve esta carta, o autor de *Cabo da Boa Esperança* – livro de poemas editado no final de 1947 – cumpria o seu primeiro ano como professor na Escola Comercial e Industrial de João Vaz, em Setúbal. Dirige-a a Maria Graziela Cintra, uma das irmãs do seu grande amigo e colega de curso Luís Filipe Lindley Cintra (para quem Sebastião da Gama escreveu várias dezenas de cartas, de que subsistem 35 que a revista publicará).

Grazy, de 16 anos, encontrava-se internada no Sanatório da Parede a recuperar de uma tuberculose óssea, doença de que o poeta também sofrera. O acompanhamento dos amigos no sofrimento, mas também na alegria, é uma constante no con-

junto das cartas (escritas entre 1944 e 1952) que a *Colóquio/Letras* dará a conhecer.

Tal como esta missiva dirigida a Grazy, existem muitas outras bem reveladoras do carácter ímpar do pedagogo, ao mesmo tempo que da sua sólida formação humana e cultural. Ao citar Montaigne, refere-se a um dos capítulos dos *Essais* onde este diz que, sem violência e com maior indulgência, as aulas seriam «plus décemment jonchées de fleurs et de feuilles». A versão da *Odisseia* de que fala foi publicada inovadoramente em quadrinhos nas *Leituras para o Ensino Técnico* (1948), da autoria de Virgílio Couto. Este metodólogo de Português na Escola Comercial Veiga Beirão tornou-se grande amigo de Sebastião, estando na origem da redacção do *Diário* (1958), talvez a obra mais conhecida e mais amada do escritor.

Joana Varela

Directora da Revista *Colóquio/Letras*

[Fevereiro ou Março de 1948]

Querida Grazy

Quando escreveres a «Ode Marítima» manda para aqui uma cópia, gravada a iodo numa alga da Parede. Em baixo, a data, depois do sítio em que a escreves: Cabo da Boa Esperança, 16 anos. Querida Amiga, como eu fiquei contente por ver que me escreves do Cabo da Boa Esperança, apesar da tormenta que podia ser para ti essa forçada inação. Vieste ter comigo a uma aula de Português e tive uma comoção tão grande que não atinava com as palavras. A aula era de meninas. As minhas meninas de Português, que eu adoro. À frente está a Clotilde e a Maria Isabel Amador – que nome lindo não é. Tão amores as duas, que estão na aula de mãos dadas. Parecem duas violetas. Pois tu desculparás mas eu mostrei a carta à Maribel (é assim que ela assina as redacções) para que visse, tanta vez lhe tenho dito que devemos confiar, que é assim mesmo, assim como tu és, que se deve ser.

Sabes? A Cristalina leva-me desde o princípio das aulas um ramo de rosas vermelhas, gloriosas, cada quarta-feira; como acabaram há três semanas, passou a levar-me violetas. E assim a minha aula, além de o ser metaforicamente, é verdadeiramente, como quer Montaigne e eu quero, um campo juncado de rosas.

Só os rapazes pequenos (uns dez irrequietos que tenho numa turma de vinte e cinco) me põem a cabeça em água. Mas ainda assim passo com eles horas deliciosas. Conheces o Pescaria Filho? É irmão do Pescaria Pai. (Uma maneira que arranjei para os distinguir, esta do Pai e do Filho.) O Pescaria Filho é a criatura mais espirituosa que tenho encontrado. Tem 11 anos, uns olhos negros e malandros, um riso, sempre aberto, de quem goza o Mundo. Calcula que há dias líamos, na *Odisseia* (contada às crianças, com bonecos como no Mosquito), o passo em que Ulisses tem amores com a deusa. «O gajo era descarado» – anota logo o P. F. E quando lhe perguntei, noutra lição, o que quer dizer: «Os olhos do lobo chamejavam» – disse que «era o lobo a piscar o olho... a piscar o olho às lobas...» Queres melhor? – Quando puder irei ver-te. Não quando passe pela Parede. Aceita um longo chi-coração do

Sebastião



CRÓNICA DAS ACTIVIDADES DA SOCIEDADE CIENTÍFICA

Realizou-se no dia a 27 de Abril de 2007, a Assembleia Geral da SCUCP que foi precedida por uma conferência do Prof. Doutor César das Neves sobre *Consequências da Globalização na Economia Portuguesa*.

A Assembleia Geral realizou-se no Anfiteatro 1 da Universidade Católica. Foram propostos e admitidos os novos sócios a seguir mencionados:

Maria Lisette Coelho Lebreiro Caixinhas
Bernardo Manuel T. de Sousa Pacheco de Carvalho
Padre Luís Manuel Pereira da Silva
Maria Isabel Rocha Roque
Ana Sofia Pinto de Carvalho
Pedro Manuel Pena Chancerelle de Machete
Cristina Neto de Carvalho

Colóquio

As secções de Ambiente, de Ciências e Tecnologia da Saúde e de Economia organizaram e levaram a efeito o Colóquio «Contrato Social com as novas gerações», no dia 24 de Maio de 2007. O colóquio tinha como propósito fazer a ligação integrada entre aspectos ligados às áreas das três secções.

Intervieram João Palma Malta (A origem da vida e a evolução da natalidade); João Rafael Ferreira (Envelhecimento. Problemática biológica, psicológica e social); V. Xavier Pinto (Prosperidade com sentido); Maria Cristina Moreira e João Pedro Gonçalves (Horizontes de sustentabilidade social na *Nova Economia*); Alexandre Bettencourt (As ciências do ambiente e o seu ensino); Maria Lisete Caixinhas e Maria



Cândida Liberato (Os recursos genéticos: património comum da humanidade).

Uma Breve Nota Introdutória de Cumprimentos e Justificação e a Sessão de Encerramento estiveram a cargo de M. A. Silva e Sousa e de J. E. Mendes Ferrão de J. E. Mendes Ferrão.

Foram editadas as Actas do Colóquio em publicação que constitui o n.º 7 dos *Cadernos da S. C. U. C. P.*, com o título *Contrato social com as Novas Gerações*.

No dia 25 de Outubro de 2007, o Sr. Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Carlos Azevedo proferiu uma conferência, pelas 15 horas, no Anfiteatro 1, sobre *O actual momento das relações entre a Igreja e o Estado*.

Teve lugar, em seguida, uma segunda Assembleia Geral da SCUCP, na qual foram eleitos os novos órgãos sociais para o triénio 2007-2010, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral – Presidente: Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa. Vice - Presidente: Prof. Doutor José Eduardo Mendes Ferrão. Secretário: Prof. Doutor Pedro Lynce.

Direcção: Presidente: Prof. Doutor António Barbosa de Melo. Vice-Presidente: Prof. Doutor José Ferreira Pereira Ferraz. Vogais: Prof.^a Doutora Maria Vitalina Leal de Matos; Prof. Doutor Henrique Noronha Galvão; Prof.^a Doutora Cristina Neto de Carvalho; Prof.^a Doutora Ana Sofia Sá de Carvalho; e Prof. Doutor Pedro Chancerelle Machete.

Conselho Fiscal: Presidente: Prof. Doutor Miguel Athayde Marques; Vogais: Prof. Doutor Jorge Costa André; Prof. Doutor Carlos Portas; Prof. Doutor Guilherme Almeida Brito e Dr. Ivo Duarte Cruz.

Encontro de Natal

No dia 5 de Dezembro realizou-se o encontro de Natal, que reuniu os sócios num lanche e convívio no restaurante da UCP, em Lisboa, ao qual se seguiu o lançamento do livro do Círculo de Discípulos do Papa Bento XVI, *Criação e evolução. Uma jornada com o Papa Bento XVI em Castel Gandolfo* (Lisboa, Principia, 2007) com uma sessão intitulada *A teoria da evolução em debate*, em que intervieram o Prof. Doutor Luís Archer, o Prof. Doutor Padre Peter Stillwell, e o tradutor, o Dr. Artur Morão.

O FIO DE UM CABELO

Abandono a casa o horto o lugar à mesa
o casaco de que gostava, sobre o leito dobrado
esta verdade quase banal
que toda a vida fui

Não abro a porta quando batem
(às vezes batiam só por engano)
não avalio o balanço das certezas
o que separa uma forma da outra
sempre me escapou

Ontem começava a clarear
o ar frio que vinha dos campos
julguei-o de passagem e afinal
era um segredo que meu corpo
de uma vez por todas contava
ao meu corpo

Mas quando tombei sobre a terra
perdido como o fio de um cabelo
(aqueles que primeiro caem
da cabeça de um rapaz
e por não serem notados
são mais perdidos ainda)
estavas junto de mim

Lançaste ao fogo cidades
afogaste os exércitos
no vermelho mar da sua ira
hipotecaste terras tão preciosas
para estares junto de mim

José Tolentino Mendonça

Joseph Ratzinger

*Bento
XVI*

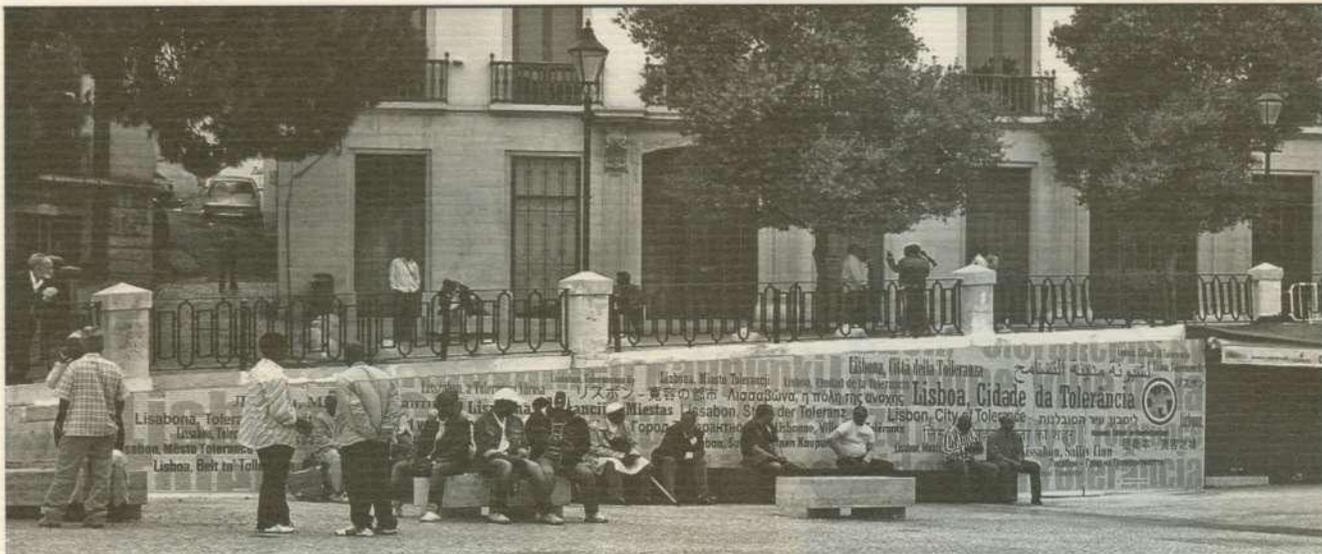
*Jesus de
Nazaré*



«Quis fazer a tentativa de apresentar o Jesus dos evangelhos como o Jesus real, como o 'Jesus histórico' em sentido verdadeiro e próprio. Estou convencido – e espero que também o leitor possa dar-se conta do mesmo – que esta figura é muito mais lógica e, do ponto de vista histórico, até mais compreensível do que as reconstruções com que deparámos nas últimas décadas. Penso que precisamente este Jesus – o dos evangelhos – seja uma figura historicamente sensata e convincente.

Bento XVI

A tradução da obra esteve a cargo do Prof. Doutor José Jacinto Ferreira Farias, membro da SCUCP. Editada pela Esfera dos Livros, a obra foi lançada em cerimónia realizada no início do corrente ano na Universidade Católica Portuguesa.



EM MEMÓRIA DO MASSACRE DOS CRISTÃOS-NOVOS (1506)
 Monumentos evocativos inaugurados no Largo de S. Domingos,
 em Lisboa, a 20 de Abril último.

Oração de Bento XVI pelas vítimas da violência.

Lida no *Ground Zero*, em Nova Iorque, a 20 de Abril de 2008.



Monumento da Comunidade Católica



Monumento da Comunidade Judaica

Oh, Deus de amor, compaixão e lenitivo,
 olhai para nós, pessoas de muitos credos e de diferentes
 tradições,
 que se reúnem hoje neste lugar,
 cenário de incrível violência e dor. [...]
 Deus de paz, concede a tua paz ao nosso mundo violento:
 paz aos corações de todos os homens e mulheres
 e paz entre as nações da Terra.
 Orienta para o teu caminho de amor
 aqueles cujos corações e mentes
 estão consumidos pelo ódio.
 Deus de compreensão,
 constringidos pela magnitude desta tragédia,
 buscamos tua luz e guia
 para enfrentar tão terríveis eventos.
 Concede que aqueles cujas vidas se perderam
 possam viver de maneira que as vidas aqui perdidas
 não se tenham perdido em vão.
 Conforta-nos e consola-nos,
 fortalece-nos na esperança,
 e dá-nos a sabedoria e valor
 para trabalhar sem descanso por um mundo
 onde a verdadeira paz e amor reinem
 entre as nações e nos corações de todos.

Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
 Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
 Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46

Directora

Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão

Paula Gonçalves

Digitalização de imagem

DigiCult

Paginação e Impressão

sersilito

Depósito Legal

N.º 74994/94